

Consulta prévia

Processo n.º 196/22

(2022/300.10.005/629)

“Aquisição de serviços de acompanhamento do projeto e obra, investigação e trabalho de campo no âmbito da realização e produção de documentário e entrega de relatório técnico”

CADERNO DE ENCARGOS

Novembro de 2022

Índice

Capítulo I - Disposições Gerais	3
Cláusula 1.ª – Objeto	3
Cláusula 2.ª – Local, prazo e modo da prestação	3
Cláusula 3.ª – Contrato	3
Capítulo II – Obrigações das Partes	3
Cláusula 4.ª – Obrigações do(a) adjudicatário(a)	3
Cláusula 5.ª – Dever de sigilo/confidencialidade e proteção de dados pessoais	4
Cláusula 6.ª – Gestores de contrato	4
Cláusula 7.ª – Seguros	4
Cláusula 8.ª – Preço contratual	5
Cláusula 9.ª – Revisão de preços e adiantamentos	5
Cláusula 10.ª – Condições de pagamento	5
Cláusula 11.ª – Direitos e obrigações da entidade adjudicante	5
Capítulo III – Disposições Complementares	6
Cláusula 12.ª – Penalidades contratuais	6
Cláusula 13.ª – Retenção de pagamentos	6
Cláusula 14.ª – Força maior	6
Cláusula 15.ª – Extinção e Resolução do contrato	6
Cláusula 16.ª – Foro competente	7
Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	7
Cláusula 18.ª – Comunicações e notificações	7
Cláusula 19.ª – Contagem dos prazos	7
Cláusula 20.ª – Legislação aplicável	8
Capítulo IV – Disposições Técnicas	8
Cláusula 21.ª – Especificações da prestação	8
Cláusula 22.ª – Preço base	9
Anexo I	9
Anexo II	9

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª – Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas, jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de acompanhamento do projeto e obra, investigação e trabalho de campo no âmbito da realização e produção de documentário e entrega de relatório técnico, em regime de prestação de serviços contínua, de acordo com as especificações técnicas constantes do capítulo IV do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª – Local, prazo e modo da prestação

1. Os serviços objeto do contrato serão prestados na área do Município, na vila da Fuzeta, na envolvente do imóvel da antiga estação de socorro a náufragos e outras áreas identificadas pelos gestores.
2. A prestação pretendida, com as características e especificações previstas no Capítulo IV tem início no dia útil seguinte a contar da celebração do contrato.
3. O contrato mantém-se em vigor por um período de até 4 anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além desse prazo.

Cláusula 3.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo/s concorrente/s, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo(a) adjudicatário(a).
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Caso se verifique uma das situações descritas no n.º 1 do art.º 95 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Jan., na redação atual, fica dispensada a redução do contrato a escrito.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos, conforme disposto no art.º 99 do CCP, e aceites pelo(a) adjudicatário(a) nos termos do art.º 101 do mesmo Código.

Capítulo II – Obrigações das Partes

Cláusula 4.ª – Obrigações do(a) adjudicatário(a)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no caderno de encargos, decorre para o(a) adjudicatário(a) a obrigação de recorrer a todos os meios necessários e adequados, nomeadamente humanos, materiais e outros, para providenciar a prestação pretendida pela entidade adjudicante, com as características e especificações previstas neste caderno de encargos e nos prazos previstos ou acordados entre as partes, tudo por forma a garantir o integral cumprimento e a qualidade da prestação objeto do procedimento.
2. O(a) adjudicatário(a) está obrigado a assegurar, no mínimo, a garantia dos serviços legalmente prevista, sem prejuízo da apresentação, na proposta adjudicada, de melhores condições de garantia para o Município.
3. O(a) adjudicatário(a), enquanto permanecer o risco de contágio face ao COVID19, fica obrigado ao cumprimento das regras de segurança, higienização, distanciamento e etiqueta respiratória impostos pela DGS e pelo

Município, em cada contacto que tiver com os serviços municipais, de forma a salvaguardar a segurança e saúde de todos.

4. O(a) adjudicatário(a) é também responsável, perante a entidade adjudicante, pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do próprio prestador de serviços.

Cláusula 5.ª – Dever de sigilo/confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O(a) adjudicatário(a) está vinculado ao dever de sigilo, termos em que garante o seu sigilo e o do pessoal a seu cargo relativamente a informações ou documentação, técnica, financeira ou outra, relativa ao Município de Olhão, de que venha a ter conhecimento em função do contrato, dever este que perdura além do prazo estipulado para a presente prestação.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo(a) adjudicatário(a) ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo legalmente estipulado a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O(a) adjudicatário(a) fica, expressamente, vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação complementar, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiro, independentemente dos fins, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao adjudicatário(a).
6. O(a) adjudicatário(a), obriga-se ainda, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, a:
 - a. Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
 - b. Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do contrato, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais;
 - c. Adotar todas as medidas de caráter técnico e organizativo, necessárias e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
7. O(a) adjudicatário(a) é responsável perante o Município de Olhão por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.

Cláusula 6.ª – Gestores de contrato

Nos termos do art.º 290-A do CCP, é designada a Sra. Sandra Romba, afeta ao Serviço de Museu, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a gestão do mesmo e o Sr. Hugo Oliveira, Chefe do Serviço de Museu, para substituir aquela em caso de impedimento e/ou ausência.

Cláusula 7.ª – Seguros

1. É da responsabilidade do(a) adjudicatário(a) a cobertura, através de contrato(s) de seguro dos riscos diretamente associados ao fornecimento objeto do contrato, nomeadamente no que respeita aos recursos

humanos e equipamentos associados à mesma e à responsabilidade civil, com vista a assegurar a cobertura de danos patrimoniais e não patrimoniais emergentes da mesma, podendo a entidade adjudicante, se entender conveniente, exigir prova da sua celebração, e o(a) adjudicatário(a) fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

2. Constitui ainda sua obrigação a manutenção das apólices em vigor, nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios.

Cláusula 8.ª – Preço contratual

1. Pela prestação objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Olhão deve pagar ao adjudicatário(a), o preço total da prestação conforme preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação pretendida, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as referentes a meios humanos e meios materiais e ainda decorrentes da eventual utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.ª – Revisão de preços e adiantamentos

1. Sem prejuízo do disposto nos art.ºs 282, 341 e 382 do CCP, a revisão de preços não será admitida ao longo da execução do contrato.
2. O eventual pagamento de adiantamentos de preço apenas pode ter lugar nos termos do art.º 292 do CCP.

Cláusula 10.ª – Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município, nos termos da cláusula anterior, é paga em conformidade com o disposto nos art.ºs 299 a 299-B do CCP e as condições de pagamento fixadas na proposta, após a emissão das respetivas faturas pelo(a) adjudicatário(a) após o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Para efeitos do número anterior considera-se vencida a obrigação com a prestação efetiva dos serviços a que se refere o procedimento.
3. O pagamento será efetuado em trinta dias após a confirmação da fatura, salvo se prazo mais alargado for conferido na proposta adjudicada.
4. O(a) adjudicatário(a) **deve discriminar, em cada fatura, os elementos constantes do n.º 1 do art.º 299-B do CCP**, sempre que aplicáveis, nomeadamente a identificação do processo, do período de faturação e os serviços/bens a que se refere.
5. Preferencialmente, as faturas devem ser apresentadas em formato eletrónico, sem prejuízo do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro.
6. Em caso de discordância por parte do Município de Olhão, quanto aos valores indicados numa fatura, ou outros elementos que dela conste, deve este comunicar ao adjudicatário(a), por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o(a) adjudicatário(a) obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e, observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a conta a designar pelo(a) adjudicatário(a) ou através de outro meio de pagamento a acordar.

Cláusula 11.ª – Direitos e obrigações da entidade adjudicante

1. O pagamento do preço, nos termos previstos na cláusula anterior, é uma obrigação da entidade adjudicante, de acordo com os preços unitários correspondentes, nos termos da proposta adjudicada.
2. Caso se verifique incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por parte do(a) adjudicatário(a) será notificado do facto o próprio ou seu representante.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o adjudicante reserva-se o direito de exigir do(a) adjudicatário(a) alterações, no todo ou em parte, daquilo que for prestado indevidamente e não esteja de acordo com as cláusulas contratuais.
4. É direito da entidade adjudicante comunicar ao representante do(a) adjudicatário(a) toda a anomalia verificada no fornecimento objeto do procedimento.

Capítulo III – Disposições Complementares

Cláusula 12.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do procedimento, o Município de Olhão pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar ao(a) adjudicatário(a) sanções de natureza pecuniária, cujo montante acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos e para os efeitos do art.º 329 do CCP.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do(a) adjudicatário(a) e as consequências do incumprimento.
3. Atingindo o limite das sanções pecuniárias, se o Município decidir não proceder à resolução do contrato, se daí resultar dano grave para o interesse público, poderá elevar para 30% o limite das penalidades.
4. O Município de Olhão pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Olhão exija uma indemnização pelo dano excedente.
6. Em caso de incumprimento de qualquer das partes, aplicar-se-á à outra os direitos previstos no CCP, nomeadamente nos seus artigos 325 a 328.

Cláusula 13.ª – Retenção de pagamentos

Sem prejuízo do referido na cláusula anterior e não sendo exigida a prestação de caução no presente procedimento, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 88 do CCP, a entidade adjudicante, se considerar conveniente durante a execução do contrato, em caso de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, procederá, querendo, à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 14.ª – Força maior

1. Não serão impostas penalidades ao adjudicatário(a), nem será tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não resultem de falta ou negligência, e que não possam ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª – Extinção e Resolução do contrato

1. São causas de extinção do contrato, para efeitos do CCP: o cumprimento; a impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil; a revogação por mútuo acordo das partes; e a resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do Município de Olhão, devido a situações de grave violação das obrigações assumidas pelo(a) adjudicatário(a) ou com fundamento na alteração

anormal e imprevisível das circunstâncias que afetem gravemente os princípios de boa-fé ou do interesse público.

2. O incumprimento dos deveres resultantes do contrato, por uma das partes, confere à outra parte o direito de resolver o contrato, a título sancionatório, nos termos do regime substantivo dos contratos administrativos previstos nos artigos 332 a 335 do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
3. No caso de violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao adjudicatário(a), nomeadamente nos casos previstos no art.º 333 do CCP, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, mediante o envio de documento escrito ao mesmo, designadamente nos seguintes casos:
 - a. Pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos elementos objeto do contrato superior a 20 (vinte) dias ou declaração escrita do(a) adjudicatário(a) de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - b. Quando não seja corrigida, de forma aceitável para o Município, a situação que tenha levado à aplicação da penalidade e nos termos da notificação desta;
 - c. Quando não preste os serviços com o rigor e nível técnico exigível;
 - d. Quando o nível técnico-científico dos documentos produzidos não corresponda ao disposto no caderno de encargos e aos padrões exigíveis;
 - e. O prestador de serviços não compareça, por período de tempo superior a 15 (quinze) dias, a reuniões para que tenha sido convocado, sejam virtuais sejam presenciais;
 - f. Haja dissolução ou falência do(a) adjudicatário(a).
4. Pode ainda o Município resolver o contrato com fundamento em razões de interesse público, devidamente fundamentado, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, sem prejuízo do pagamento ao co-contratante de justa indemnização, nos termos dos art.º 334 e 335 do CCP.
5. Cabe ao co-contratante resolver o contrato em caso de violação das obrigações assumidas pelo contraente público, nos termos previstos no art.º 332.

Cláusula 16.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo(a) adjudicatário(a) e a cessão da posição contratual não é permitida salvo se, na fase de execução do contrato, for expressamente autorizada pela outra parte, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, por um dos seguintes meios:
 - a. Correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b. Carta Registada.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, incluindo endereço eletrónico, constantes do contrato deve ser, de imediato, comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª – Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados e começam a correr no dia seguinte à ocorrência do evento.
2. Caso o último dia do prazo seja sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, estejam encerrados, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja expressamente regulado neste processo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Capítulo IV – Disposições Técnicas

Cláusula 21.ª – Especificações da prestação

1. Pretende-se que o(a) adjudicatário(a), durante o prazo referido na cláusula 2.ª, preste serviços de acompanhamento do projeto e obra, investigação e trabalho de campo no âmbito da realização e produção de documentário e entrega de relatório técnico, em regime de prestação de serviços contínua, na vila da Fuzeta, no Município de Olhão.
2. Em anexo, Proposta de consultadoria, investigação e produção de conteúdos para o Centro Interpretativo da Paisagem e do Património (anexo I), que tem por base o trabalho previsto a desenvolver, e o Projeto de reabilitação e musealização do edifício do Instituto de Socorros a Náufragos da Fuzeta (arquitetura – fase de estudo prévio) (anexo II).
3. A prestação de serviços terá lugar na vila da Fuzeta, na envolvente do imóvel da antiga estação de socorro a náufragos e áreas identificadas pelos gestores.
4. No âmbito da prestação em causa, os serviços a desenvolver incidem em três temas fundamentais:
 - a) A paisagem da Ria Formosa como património cultural e território agro-marinho fundamental no processo histórico de construção e transformação da Fuzeta;
 - b) O imóvel, a implementação em posição avançada na Ria Formosa e a pureza e simplicidade de desenho arquitetónico;
 - c) A relação entre a comunidade a paisagem e o imóvel.
5. De forma a desenvolver os temas supracitados no ponto anterior o(a) adjudicatário(a) deverá proceder à execução das seguintes fases:
 - a) **Fase 1:** Trabalho de campo na área da Antropologia Visual com (1) uma missão para prospeção, pesquisa, identificação de locais/ paisagens/formas de arquitetura/ personagens e suas histórias de vida. Gravações em vídeo e sonoras: entrevistas, filmagens observacionais;
 - b) **Fase 2:**
 1. Trabalho de campo com 3 (três) missões para acompanhamento e observação participante de várias atividades: pesca, ofícios, atividades lúdicas, usos do espaço público e privado, o espaço sagrado e os rituais;
 2. Estudo da coleção de peças e artefactos, contextualização dos mesmos a partir dos saberes e conhecimentos locais, entrevistas em vídeo e áudio, histórias de objetos /cultura material (em colaboração com o Centro Comunitário da Nossa Senhora do Carmo da Fuzeta);
 3. Acompanhamento do projeto e obra do Salva-Vidas da Fuzeta e registo do mesmo para os acervos do Centro Interpretativo;
 - c) **Fase 3:** Realização de (1) um documentário principal (HDV, 60 min.) do qual será elaborado um DVD legendado, que pode ser colocado dentro de um catálogo ou livro;
 1. Realização do documentário, incluindo preparação, mapas de trabalho e cronogramas, rodagem (em 3 fases correspondentes a épocas do ano distintas) com gravação de imagem e som, visionamento do material e montagem;
 2. Pós-produção de imagem e som, genéricos e grafismo, traduções e legendagem;
 - d) **Fase 4:** Trabalhar os materiais em termos do projeto museológico, produzindo montagens quer para o arquivo quer para o público em geral;
 1. Produção de um DVD, materiais de promoção, envio para festivais, organização de exposições e debates em torno do filme;
 2. Um pequeno ensaio visual com cerca de 7 ou 8 min. que pode ser visto em *loop* na exposição, uma visão poética e sensorial do tema;

3. Um conjunto de pequenos “apontamentos” a ser usado de acordo com o projeto museológico;
4. Escrita de textos para o catálogo ou publicações relevantes acerca das temáticas deste projeto.
6. O prazo de entrega e de execução dos serviços é até ao final do ano civil de 2025, divididos pelas diferentes fases e prazos:
 - Fase 1: após a assinatura do contrato até ao final do ano civil de 2022:
 - Um guião preliminar para um "documentário participativo" (incluir a população e a comunidade na discussão de temas que representem o lugar).
 - Fase 2: durante o ano civil de 2023:
 - Um guião final.
 - Montagem de materiais em vídeo para apresentação pública e discussão do projeto;
 - Organização de todos os materiais com vista a escrita de textos e compilação de pequenos vídeos para o projeto expositivo – constituição de um arquivo visual, sonoro e escrito para o acervo do Centro Interpretativo.
 - Fase 3: durante o ano civil de 2024:
 - Apresentação do filme em estreia absoluta junto da população e dos participantes;
 - Registo da apresentação do filme para o acervo futuro.
 - Fase 4: durante o ano civil de 2025:
 - Entrega dos *Masters* em Disco e no original de todos os materiais visuais e sonoros, organizados;
 - Entrega de relatório final.
7. Cada fase só se dará como completa com a entrega dos seguintes materiais: guiões, apresentação visual, entrega de materiais e relatório final, tendo em conta as especificações do ponto 5. Deve ser entregue nos 15 primeiros dias do mês de dezembro do respetivo ano, para apreciação e validação dos gestores.
8. O relatório deverá ser enviado por *email* ao cuidado dos gestores para os seguintes endereços: sromba@cm-olhao.pt e hmoliveira@cm-olhao.pt, assinado com assinatura digital qualificada do representante da entidade.
9. A gestora do contrato irá acompanhar todas as fases nos locais físicos da prestação de serviço, e sempre que houver alguma informação que se ache de valor patrimonial/histórico, deverá ser imediatamente reportado à mesma.

Cláusula 22.ª – Preço base

O preço base para o presente procedimento é de **48.960.00 €** (quarenta e oito mil, novecentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação que constitui o seu objeto, nos termos definidos pelo art.º 47 do CCP.

Anexo I

Proposta de consultadoria, investigação e produção de conteúdos para o Centro Interpretativo da Paisagem e do Património

Anexo II

Memória descritiva- Estudo prévio- arquitetura

CENTRO INTERPRETATIVO DA PAISAGEM E DO PATRIMÓNIO - SALVA-VIDAS DA FUZETA



Proposta de consultadoria, investigação e trabalho de campo no âmbito de realização e produção de documentário

O Edifício da antiga Estação de Socorro a Náufragos da Fuzeta foi um imóvel de carácter utilitário, construído na segunda metade do séc. XX. Assume grande valor patrimonial no edificado existente no concelho de Olhão e reúne um conjunto de características que o tornam singular, tais como, a implementação na Ria Formosa e o desenho arquitetónico aliado a práticas estéticas vinculadas no modernismo. Acresce todo o património imaterial que o envolve, ou seja, o conjunto de atividades relacionadas com o labor e o ócio marítimo, as práticas culturais, as tradições, as vivências e as dinâmicas quotidianas: as memórias da comunidade.

O Município pretende atribuir nova funcionalidade à antiga Estação de Socorro a Náufragos através da criação do Centro Interpretativo da Paisagem e do Património.

Centro Interpretativo da Paisagem e do Património

Salva-vidas da Fuzeta



O que se pretende:

Um espaço de criação e desenvolvimento de ações de investigação e de divulgação que fomentem a consciencialização do valor patrimonial e por consequência a salvaguarda e perpetuação da memória;

Um espaço público vivo, acessível e inclusivo através de um trabalho conjunto e continuado com a comunidade com os seus parceiros institucionais e académicos;

Um espaço que acolhe os diversos patrimónios da comunidade local em relação e comunhão com a paisagem.

Os serviços a desenvolver consistem em três temas fundamentais:

- a) A paisagem da Ria Formosa como património cultural e território agro-marinho no processo histórico de construção e transformação da Fuzeta;
- b) O imóvel a implementação em posição avançada na Ria Formosa e o desenho arquitetónico;
- c) A relação entre a comunidade, a paisagem e o imóvel.

Centro Interpretativo da Paisagem e do Património

Salva-vidas da Fuzeta



Prestação dos seguintes serviços:

Fase 1

Trabalho de campo na área da Antropologia Visual com 1 missão para prospeção, pesquisa, identificação de locais/ paisagens/formas de arquitetura/ personagens e suas histórias de vida;
Gravações em vídeo e sonoras: entrevistas, filmagens observacionais.

Fase 2

1. Trabalho de campo com 3 missões para acompanhamento e observação participante de várias atividades: pesca, ofícios, atividades lúdicas, usos do espaço público e privado, o espaço sagrado e os rituais;
2. Estudo da coleção de peças e artefactos, contextualização dos mesmos a partir dos saberes e conhecimentos locais, entrevistas em vídeo e áudio, histórias de objetos /cultura material (em colaboração com o Centro Comunitário da Nossa Senhora do Carmo da Fuzeta);
3. Acompanhamento do projeto e obra do Salva-Vidas da Fuzeta e registo do mesmo para os acervos do Centro Interpretativo.

Centro Interpretativo da Paisagem e do Património

Salva-vidas da Fuzeta



Fase 3

Realização de 1 documentário principal (HDV, 60 min.) do qual será elaborado um DVD legendado, que pode ser colocado dentro de um catálogo ou livro;

1. Realização do documentário , incluindo preparação, mapas de trabalho e cronogramas, rodagem (em 3 fases correspondentes a épocas do ano distintas) com gravação de imagem e som, visionamento do material e montagem;
2. Pós-produção de imagem e som, genéricos e grafismo, traduções e legendagem.

Fase 4

Trabalhar os materiais em termos do projeto museológico, produzindo montagens quer para o arquivo quer para o público em geral.

1. Produção de um DVD, materiais de promoção, envio para festivais, organização de exposições e debates em torno do filme;
2. Um pequeno ensaio visual com cerca de 7 ou 8 min. que pode ser visto em loop na exposição, uma visão poética e sensorial do tema;
3. Um conjunto de pequenos “apontamentos” a ser usado de acordo com o projeto museológico;
4. Escrita de textos para o catálogo ou publicações relevantes acerca das temáticas deste projeto.

Centro Interpretativo da Paisagem e do Património

Salva-vidas da Fuzeta



Os materiais/documentos a apresentar devem ser instruídos com os seguintes elementos:

Fase 1

Um guião preliminar para um "documentário participativo"; (incluir a população e a comunidade na discussão de temas que representem o lugar).

Fase 2:

- Um guião final;
- Montagem de materiais em vídeo para apresentação pública e discussão do projeto;
- Organização de todos os materiais com vista a escrita de textos e compilação de pequenos vídeos para o projeto expositivo – constituição de um arquivo visual, sonoro e escrito para o acervo do Centro Interpretativo.

Fase 3:

- Apresentação do filme em estreia absoluta junto da população e dos participantes;
- Registo da apresentação do filme para o acervo futuro.

Fase 4:

- Entrega dos Masters em Disco e no original de todos os materiais visuais e sonoros, organizados; entrega de relatório final.

Centro Interpretativo da Paisagem e do Património

Salva-vidas da Fuzeta



Idealmente as fases poderão ocorrer nos seguintes anos:

2022 | fase 1: Trabalho de campo na área da Antropologia Visual.
Gravações em vídeo e sonoras;

2023 | fase 2: Trabalho de campo na área da Antropologia Visual.
Gravações em vídeo e sonoras; Acompanhamento e registo do projeto e obra da antiga Estação de Socorro a Náufragos da Fuzeta;

2024 | fase 3: Realização do documentário e pós-produção;

2025 | fase 4: Produção dos materiais para o projeto expositivo do Centro Interpretativo; Produção de um DVD, materiais de promoção, envio para festivais, organização de exposições e debates relacionados com o filme; Escrita de textos para o catálogo ou publicações científicas.



**PROJECTO DE REABILITAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DO
INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS DA FUSETA**

MUNICÍPIO DE OLHÃO

MEMÓRIA DESCRITIVA - ESTUDO PRÉVIO - ARQUITECTURA

PEDRO PACHECO ARQUITECTOS | JOSÉ AGUIAR

ABRIL 2022

**PROJECTO DE REABILITAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DO
INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS DA FUSETA**

MUNICÍPIO DE OLHÃO

**MEMÓRIA DESCRITIVA - ESTUDO PRÉVIO - ARQUITECTURA
PEDRO PACHECO ARQUITECTOS I JOSÉ AGUIAR**

ABRIL 2022

INDÍCE

1. Introdução

2. Território, sítio e lugar e a história do lugar

3. História do objecto e valores

4. Levantamento

5. Projecto de Arquitectura

Principais Espaços e Usos Previstos

a) Nave e piso principal

b) Piso superior e cobertura plana

c) Basamento do edifício, pilotis e estruturas de suporte

As cores exteriores e interiores do ISN

6. Ideias e contributos para o desenvolvimento de um Projecto de Musealização

A arquitectura da Estação de Socorros a Náufragos

Entre a terra e a água - três níveis de leitura

Ideias e contributos para o desenvolvimento de um Projecto de Musealização

Restauro e Reabilitação versus Musealização

A obra de restauro e reabilitação como registo museológico

A importância de uma equipa multidisciplinar

Contributos para um discurso Museológico

Filipa César (artista e realizadora)

Estou na Maré

7. Iluminação interna e externa do ISN da Fuseta

8. Programa - Quadro de Áreas

9. Estimativa orçamental

Resumo de todas as Especialidades

10. Equipa Projectista



"Estação de Socorros a Náfragos", Ria Formosa, Fuseta, 2022
FireShot Capture 042 - Google Map Customizer - www.chengfolio.com

**PROJECTO DE REABILITAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DO
INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS DA FUSETA**

MUNICÍPIO DE OLHÃO

PEDRO PACHECO ARQUITECTOS I JOSÉ AGUIAR



Estação de Socorros a Náfragos, Fusetá, 2022
Fotografia, pp, Fusetá, 2022

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA ARQUITECTURA

1. Introdução

Este projecto foi organizado em três fases essenciais: (i) uma primeira avaliação do estado de conservação, com uma campanha de ensaios e um cuidadoso levantamento geométrico com técnicas contemporâneas (com recurso a laser, GPS e fotogrametria digital); (ii) a actual fase de estudo prévio, onde se propõem as ideias essenciais sobre o processo de reabilitação em curso e sobre as possibilidades de usos futuros destes espaços e equipamentos, calculando uma estimativa dos custos; (iii) um projecto de execução que fixará em desenho e partes escritas o essencial do processo de intervenção em obra.

No documento prévio a esta fase (*“Avaliação do Estado de Conservação Estrutural e Construtivo do Edifício do ISN da Fusetá”*) desenvolveu-se um cuidadosa análise e diagnóstico que incluíram análise de caracterização ambiental e geomorfológica, de zonamento sísmico, de estudo da imagem e cromia do edifício, de caracterização estrutural e construtiva do edifício, de levantamento geométrico de elevada precisão (varrimento laser, de posicionamento GPS, fotogrametria digital) do qual resultou um modelo 3D de elevada resolução), realização de uma campanha de diversos ensaios para caracterização de materiais e de resistência da actual construção, estudo que permitiram um conhecimento preciso e um diagnóstico credível das diversas patologias.

2. Território, sítio e lugar e a história do lugar

O território, a paisagem, o urbanismo e a arquitectura da Fuzeta tem merecido ultimamente uma maior atenção pela Academia. Neste domínio destacamos aqui a Tese de Doutoramento em Arquitectura pelo IST (2018) de Mafalda Pinheiro Batista Pacheco, de título “*Fuzeta – Um núcleo piscatório singular*”, e a dissertação de Mestrado em Arquitectura de Pedro Brito na Universidade de Évora (2019) “*Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares*”.

Estamos perante um dos grandes sistemas do território Algravia, o Litoral (que se liga ao Barrocal e à Serra), em pleno Parque Natural da Ria Formosa, na verdade um complexo e dinâmico sistema ecológico de base lagunar, protegido por ilhas-barreira e em constante mutação.

Tudo nesta paisagem é transformação constante, pelas dinâmicas das marés, do sistema dunar, da acção da fauna e flora, das migrações. Também pela dinâmica dos homens e da sua cidade, onde tudo se divide entre (os da) terra e (os do) mar (entre a pesca e a agricultura, as salinas, os viveiros, a produção e culturas mediterrânicas). Daqui resultam importantes alterações das dinâmicas territoriais e económicas, perante a diminuição da essencial actividade da pesca - a primeira designação deste lugar ocorre já 1551, com aprovação pela coroa do surgimento da “Armação da Fozeta” (Pedro Brito, p.54) - no fim do século XX, a que acresce agora a modernização da agricultura e o forte crescimento da nova economia de serviços, nomeadamente ligados à vigilância e ao turismo.

Em desenhos síntese deste projecto procuramos esclarecer e traduzir a essencial representação física destas dinâmicas e a sua cronologia essencial.

3. História do objecto e valores

A Estação de Socorro aos Náufragos, hoje mais conhecida como o ISN da Fuzeta (ISN - Instituto de Socorros a Náufragos) surgiu em pleno Estado Novo, num momento em que se tenta acudir às duras condições das gentes do mar (desenvolvendo-se diversas políticas assistencialistas como as que fundam as “Casas dos Pescadores”, também na Fuzeta) e que mais tarde levaram à inclusão do ISN na Marinha (em 1958).

O autor do projecto original é o Engenheiro Civil Henrique Lima Travassos Valdez, com importante experiência em obras hidráulicas e portuárias, sobretudo no Ultramar (nomeadamente em Cabo Verde) e que terminou a sua carreira, já depois da Revolução de Abril, como Director dos Portos do Arquipélago da Madeira (nomeado em 1978).

Tratava-se de uma construção eminentemente funcional, de lógica essencialmente racional e económica, estabelecendo um ponto focal na Ria (orientando-se no sentido Norte Sul) de onde era possível uma observação perfeita de todo o litoral. De geometria e volumetria simples, um paralelepípedo assente sobre pilotis, com cobertura plana visitável e de gosto moderno (uma linguagem sublinhada por palas que realçam a horizontalidade e óculos), incluindo uma rampa de acesso à água, com arrumo dos barcos de salvamento e espaços de apoio à sua tripulação (camaratas, enfermaria, wc, cozinha, vestiário e arrumos). Tanto externa como internamente a estereotomia da estrutura, de pilares e vigas, marcam o essencial das espacialidades.

A peculiar localização do ISN da Fuzeta realça a sua essencial presença na paisagem e esse é um dos seus essenciais valores culturais. Acrescem valores sociais e simbólicos, pelo inestimável serviço prestado à população local e aos visitantes da Fuzeta, acudindo aos aflitos durante décadas. Este edifício tornou-se assim um verdadeiro ícone, pertence à memória e ao imaginário dos cidadãos da Fuzeta e dos seus visitantes, enquanto símbolo da praia da Fuzeta-Ria (vulgo “Praia dos Tesos”).

Importa ainda realçar o valor desta arquitectura enquanto construção, trata-se de uma produção da primeira geração do betão armado (o primeiro regulamento deste novo tipo de material e tecnologia tinha sido aprovado pouco tempo antes, em 1948), com interesse significativo para a nossa história da construção.

4. Levantamento

Em anexo a este documento incluem-se os desenhos do projecto original e, como pudemos verificar na fase de levantamento e diagnóstico, este não foi integralmente cumprido tendo-se registado diversas alterações em fase de obra e durante o uso.

Com base no levantamento geométrico muito preciso agora efectuado (por laser e fotogrametria e já descrito antes) incluem-se junto a representação geométrica da actual situação. Nos capítulos seguintes com base neste levantamento representam-se os tradicionais vermelhos (novas partes) e amarelos (demolições muito limitadas), acrescentados ao registo do que se mantém (o essencial do edifício actual).

5. Projecto de Arquitectura

Este projecto é essencialmente um projecto de reabilitação, i.e. de recuperação e restauro (espacial, estrutural e construtivo) de elementos autênticos e com valor cultural, e sua geral beneficiação para um uso actualizado (visita a um museu de si mesmo, salvaguarda de equipamentos e elementos originais do ISN – como o barco-salva-vidas -, exposição e projecção de conteúdos relacionados – geográficos e paisagísticos, etnográficos, antropológicos, simbólicos e sociais, etc., no quadro de um projecto posterior de museologia -, introdução de espaços, serviços e equipamentos mínimos de apoio para eventos que aqui possam ocorrer). Propõe-se ainda o restauro e o reforço em termos de segurança no uso, tanto da estrutura original (pelo seu valor para a história da construção) como a reposição de elementos e equipamentos entretanto desaparecidos, por exemplo o sistema original de carris e de elevação do barco salva-vidas (mais o seus sarilho).

A geografia e a localização deste edifício, em pleno ambiente marítimo e sujeito a condições extremas de agressão natural e de degradação, exigiram um particular cuidado com as tecnologias, os materiais, redes e equipamentos a introduzir, que têm de ser obviamente os mais resistentes possíveis perante este quadro adverso.

Os desenhos realizados (os tradicionais amarelos e vermelhos) esclarecem as demolições e novas partes a introduzir (ambas no mínimo possível) e documentam o resultado final pretendido.

Principais Espaços e Usos Previstos

a) Nave e piso principal

Prevemos a reformulação da (i) **entrada e recepção**; Re(apresentação) (ii) do grande **salão da lancha salva-vidas**, este espaço (re)organiza-se em função do ritmo da estrutura de betão (grandes vigas) para incluir possibilidades e exposição de elementos e equipamentos originais (ou outros) mais permanentes – como a própria lancha salva-vidas a reabilitar - assim como a introdução de novos conteúdos por meios áudio visuais (por projecções ou por ecrãs). Estas projecções podem ocorrer no perímetro interior ou na grande portão de acesso ao mar (os vão terão obviamente de ser capazes de obscurecimento), tanto neste salão como na sala anexa são propostos óculos no chão que permitam observar e sentir a essencial dinâmica das marés; Criação (iii) de uma segunda **sala de exposição** (na antiga camarata), podendo acolher conteúdos

mais variados e também possibilidade de apresentação de audiovisuais; Reformulação (iv) de uma **instalação sanitária** (no espaço da antiga cozinha) tirando partido do tanque e da ventilação existentes; criação (v) de uma **sala de apoio geral** (com mesa trabalho e de reuniões) incluindo os antigos armários (que agora serão utilizados para a colocação de bastidores e outras redes e equipamentos, sonoros, da iluminação, das comunicações, internet e wifi, etc.); será também reformulada a escada existente (que não corresponde ao projecto original).

A natureza deste edifício é muito racional e simples, e a sua razão de ser eminentemente utilitária, pelo que as paredes serão, como sempre foram, rebocadas e pintadas a branco mate (também para permitir projecções); os pisos de microbetão afagado. As redes, tomadas e interruptores ficarão, como sempre estiveram, à vista (reforçando o carácter quase industrial do espaço).

Este piso disporá de iluminação adequada e de segurança, existindo uma balsa para resolver emergências em caso de fogo e com marés altas.

b) Piso superior e cobertura plana

O edifício original oferecia no piso superior uma extraordinária plataforma de usufruto e contacto com a paisagem. O actual projecto reforça esta vocação, desenhando-se uma zona protegida (com guardas interiorizadas para evitar leituras exteriores) que permite a observação da paisagem e do território (diurna ou noturna).

Esta cobertura terraço, receberá pontualmente uma estrutura ligeira de suporte de uma tela retroprojectora (funcionando em ecrã invertido), permitindo projecções noturnas visíveis da frente urbana da Fuseta dos conteúdos das projecções previstas para o interior (sobre o território, ecologia, história da Ria da cidade e do ISN, dos homens e mulheres da Fuseta) podem assim ser vistos também exteriormente como intervenção de arte urbana.

Propõe-se ainda o restauro da estrutura original de antenas, paus de bandeira e sinais (proposta no projecto original).

c) Basamento do edifício, pilotis e estruturas de suporte

A base do ISN é definida por uma impressionante estrutura de betão com geometrias peculiares (pilares e vigas com cofragem de madeira).

O projecto prevê a reabilitação integral desta estrutura e, atendendo à fortíssima agregação do meio ambiente (no meio do mar, exposta a constantes imersões e importantes variações térmicas) prevê-se uma protecção catódica da estrutura, que terá um bastidor próprio (recorrendo a espaço nos antigos armários).

A fruição deste espaço é muito apreciada por quem visita. Aqui a única intervenção prevista é a colocação de uma iluminação muito ténue que realce à noite esta geometria e permita um uso seguro destas estruturas (muito procuradas na maré baixa).

As cores exteriores e interiores do ISN

As cores (exteriores e interiores) do edifício existente foram levantadas com o recurso a um colorímetro (NCS *Colour Scan 2.0*) e as notações obtidas transcritas no padrão NCS- *Natural Colour System*, cada vez mais a norma para a referência para as cores da Arquitectura na Europa.

Utilizamos ainda as cores de revestimentos de cal do catálogo NCS HISTORICAL PIGMENTS FOR CHALK para tentar determinar quais os pigmentos tradicionais aqui utilizados.

Procedeu-se ainda a um estudo iconográfico (estudando fotografias antigas).

Exteriormente encontraram-se três fases sucessivas, correspondentes a cores historicamente utilizadas pelo ISN: estrutura à cor do betão, com (i) paramentos brancos com detalhes (socos e frisos) provavelmente a azul; (ii) paramentos amarelo-ocre com remates a azul; (iii) paramentos amarelo-ocre com remates a vermelho (cores actuais); a cobertura é plana com tijoleira, com cor similar à ainda hoje produzida na zona de Santa Catarina.

No interior predomina o branco nas paredes, a cor do betão no piso, nos vãos e caixilharias encontraram-se vestígios de amarelo ocre e vermelho (similares às cores do exterior).

Estudaram-se e registaram-se também as cores do lugar. Esse levantamento exaustivo consta da fase 1 deste projecto de análise e diagnóstico.

Em projecto as cores que propomos aplicar serão baseadas nas comprovadas historicamente, i.e. em síntese, em obra serão realizados *in loco* painéis de teste com a combinação destas cores para decisão final:

Envolvente Exterior

Paramentos Exteriores:

Amarelo ocre NCS S 2040-Y20R (mais intenso) ou NCS S 1020-Y20R (mais claro).

Acentuações Exteriores (marcações e frisos):

Vermelho NCS S 2050-Y90R ou Azul NCS S 4030-B

Betão:

NCS S 2002-Y ou NCS S 2002-Y50R

Cobertura plana visitável:

Tijoleira regional da região de Santa Catarina

Interior

Paredes:

Branco de cal (com ligeira tonalidade por referência ao branco dióxido de titânio actual).

Armários, quadros de vãos, caixilhos, portas e portão:

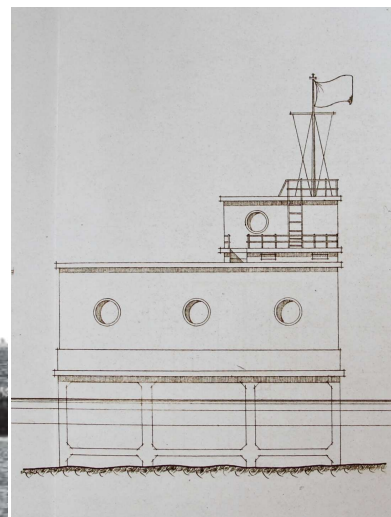
Serão testados em obra painéis os mesmos vermelhos e amarelo ocre aplicados no exterior para decisão final.

6. Ideias e contributos para o desenvolvimento de um Projecto de Musealização

A arquitectura da Estação de Socorros a Náufagos

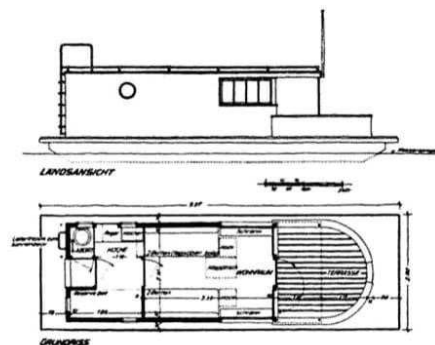
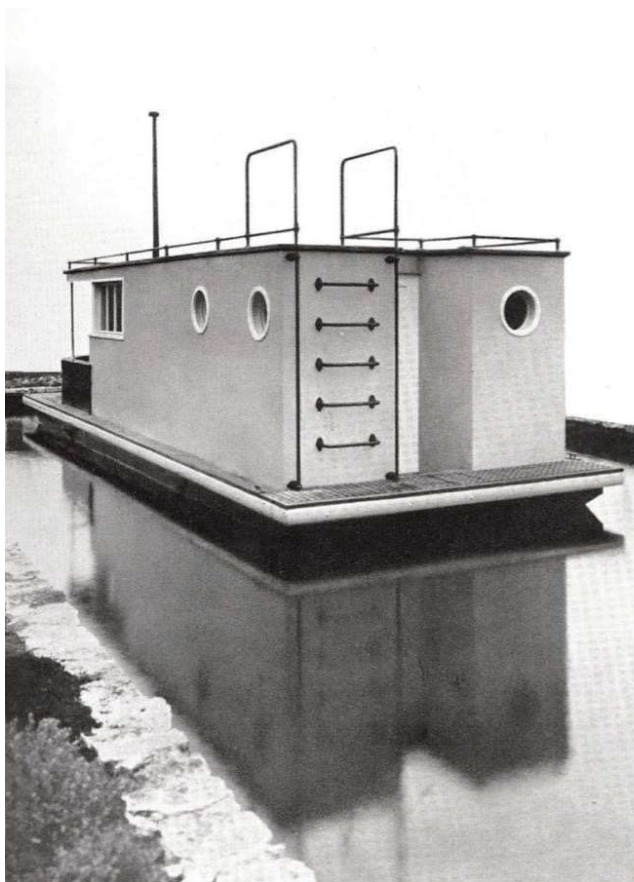
...um edifício
...que tanto é da água como da terra...
...que tanto flutua sobre a água como se crava na areia...
...que tanto é barco como casa...

...que se movimenta enquanto é imóvel...
...que já não salva mas perpetua a memória...
...que continua a ser lugar e a querer projectar futuro...
...um edifício da ria Formosa e da Fuzeta...



'Estação de Socorros a Náufagos', Fuzeta, 1951
Henrique Lima Travassos Valdez (engenheiro)
SIPA - 00731585
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14016

(‘A Estação de Socorros a Náufagos, desenhada pelo engenheiro civil Henrique Lima Travassos Valdez, para o ISN- Instituto de Socorros a Náufagos. Henrique Travassos Valdez, desenvolveu importante experiência em obras hidráulicas e portuárias, sobretudo no Ultramar (nomeadamente em Cabo verde), terminando a sua carreira como Director dos Portos do Arquipélago da Madeira (nomeado em 1978.’)



Fred Forbát, houseboat for the weekend, Berlin-Wannsee, 1927.
Designed for the family of Adolf Sommerfeld, supporter of the Bauhaus.
From the book "Neuzeitlicher Verkehrsbau".

'Houseboat for the weekend', Berlin-Wannsee, 1927

Fred Forbát (arquitecto Alfréd Forbát, 1897-1972)

"Neuzeitlicher Verkehrsbau", publicado por Hermann Gescheit e Karl Wittmann
Potsdam, Müller & J. Kiepenheuer, GmbH. Verlag, 1931

("Casa-barco de fim-de-semana", desenhada pelo arquitecto Hungaro Fred Forbát para a família de Adolf Sommerfeld, um dos patrocinadores da Bauhaus. Forbát colaborou com Walter Gropius e foi professor na Bauhaus.)

A escola da Bauhaus teve um impacto muito significativo e expressivo nas gerações seguintes, por tudo o que representou, como lugar de pensamento, de criação artística e de reflexo do espírito do tempo (*zeitgeist*). Experimentação, liberdade, modernismo e a ideia de arte-total (*gesamtkunstwerk*), foram catalizadores de um novo olhar que estimulou mudanças e acelerou o processo de transformação da sociedade.

O "Casa-barco" de 1927 do arquitecto Fred Forbát, colaborador de Walter Gropius e professor na Bauhaus, exprime bem a capacidade do desenho e da arquitectura para estabelecer diálogos e criar novas linguagens. A fusão entre o léxico náutico e o léxico modernista da arquitectura dão expressão a esta casa-barco, que intencionalmente representa esses dois imaginários.

Não se pretende criar um paralelismo formal, nem referencial entre a 'Casa-barco' do arquitecto Forbát e a "Estação de Socorros a Náufragos" do engenheiro Henrique Lima Travassos Valdez, no entanto, os códigos de linguagem que informam ambos os projectos partem de um vocabulário que associa o imaginário náutico ao da arquitectura moderna.

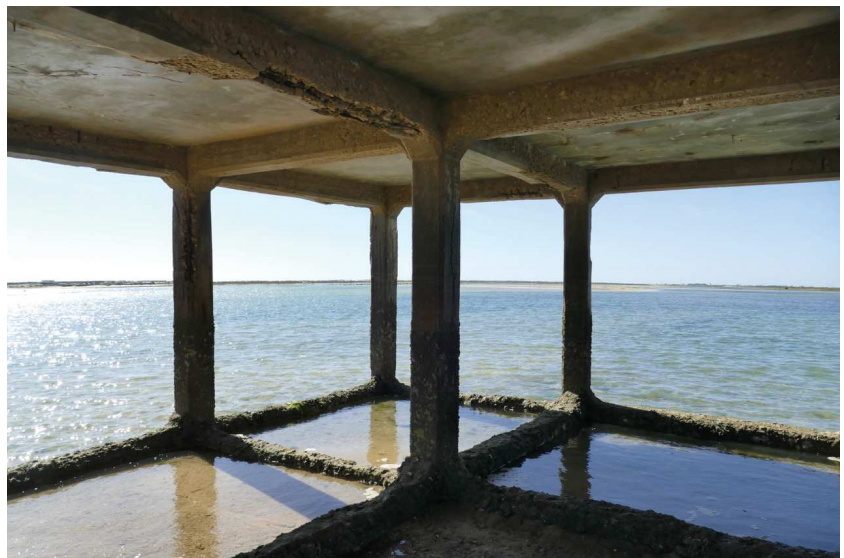
A arquitectura da Estação de Socorros a Náufragos não pode ser vista isoladamente de uma cultura que, de certa forma, é ainda um reflexo dos manifestos modernistas que ocorreram na arquitectura e no design, em Portugal e na Europa, durante a primeira metade do século XX.

Os elementos constituintes desta linguagem configuram a expressão e a identidade do edifício da Estação de Socorros a Náufragos da Fuseta:

- _ A grelha estrutural da fundação remete-nos simultaneamente para as construções tradicionais palafitas sobre água, assim como nos relembra a arquitectura em pilotis do movimento moderno;
- _ A cobertura plana, como apanágio do movimento moderno, é também uma expressão construtiva e arquitectónica da tradição do que são as açoteias das casas algarvias;
- _ Os vãos ou óculos circulares, remetem directamente para a arquitectura náutica, muito utilizada nos barcos, anunciando os seus vários espaços interiores;
- _ As guardas metálicas, compostas por tubos e respectivas articulações de transição e fixação, são frequentemente utilizadas no design náutico;
- _ A pequena torre com o sistema de sinalização do mastro de bandeira, lembra-nos também os mastros dos barcos;
- _ Ou ainda a resposta funcionalista e específica a um programa de Estação de Socorros a Náufragos, reflexo de uma preocupação muito característica da arquitectura moderna, principalmente em edifícios em que a sua função se torna no próprio programa arquitectónico do edifício.

Por fim, a ideia de barco tem estado, desde sempre, associada à ideia de *casa que flutua*. Vemos esta iconografia frequentemente representada nos barcos. Não admira que sempre que se tenha explorado esta fronteira tão fascinante entre a terra e a água, tenham resultando também múltiplas arquitecturas de carácter anfíbio. O ritmo das marés, principalmente a partir dos seus efeitos na orla costeira, vem acrescentar a esta temática a inevitável condição de lugar anfíbio, expondo a natureza de um complexo sistema ecológico e toda a sua biodiversidade, como território de proximidade e de aprendizagem tão explorado pelo homem.

Entre a terra e a água - três níveis de leitura



3 *terraço-paisagem*
2 *câmara de imagens*
1 *antecâmara das marés*
Fotografia, pp, Fuseta, 2022



“Barco Salva-Vidas - ISN, UAM 652 - Almirante Ferreira do Amaral”, Fuzeta 1952-2007
<http://naviosavista.blogspot.com/2009/04/recordando-tragedia-da-lancha-salva.html>

Entre a terra e a água - três níveis de leitura

As três imagens identificam os três níveis de leitura que o edifício evidência. Estes níveis estão directamente associados à arquitectura do edifício e à sua estratificação horizontal. Inevitavelmente também ao percurso de acesso que se desenvolve desde a vila da Fuzeta, através do areal da duna e praia, até ao encontro e experiência com o edifício. Este percurso vai construindo uma leitura progressivamente distante e próxima que leva o visitante a uma interessante aventura através do património que constitui a paisagem urbana da vila da Fuzeta e a paisagem natural da ria Formosa.

1_ Á estrutura de betão que suporta o edifício e que reage continuamente às marés gerando espaços sombra e de intervalo entre a areia das dunas, a água da ria e o edifício, chamamos-lhe antecâmara das marés;

2_ Á arquitectura do volume/contentor que organizou os espaços funcionais da Estação de Socorros a Náufragos e que passa agora a integrar um discurso museológico como um novo ecrã sobre o passado o presente e o futuro, chamamos-lhe câmara das imagens;

3_ Ao terraço/cobertura que, após a experiência de um percurso de aproximação ao edifício e seus conteúdos, devolve ao visitante a observação e a contemplação da paisagem singular da ria Formosa, alertando à relevância deste vasto território cultural como património, chamamos-lhe terraço-paisagem;

Estes níveis de leitura poderão vir a ser melhor explorados com o desenvolvimento do projecto museológico.

Em suma, a narrativa museológica da ESN inicia-se a partir dos vários percursos de aproximação que se organizam nos intervalos de tempos da maré baixa e maré alta, ou também a partir da sua aproximação por barco. Desde a vila da Fuzeta, atravessando a praia, experienciando o espaço de sombra do pórtico, e iniciando uma percurso de visita do espaço museológico da ESN, que culmina no terraço, onde se retoma um novo olhar sobre o território.

No sentido inverso, a partir daqui poder-se-ão organizar vários passeios terrestres interpretativos.

Ideias e contributos para o desenvolvimento de um Projecto de Musealização

As características naturais do território são determinantes para a consolidação de uma cultura. A vida que se desenvolve individualmente e em comunidade manifesta a evidência e a necessidade da arte como veículo de expressão da memória colectiva de um lugar e de uma comunidade.

O mar e a ria ganham significado na sua dualidade com a terra que os suporta e o ritmo das marés marca os ciclos de tempo das pessoas que mantêm um diálogo com o mar, como um tempo complementar à batida dos seus corações.

O Parque da Ria Formosa define um espaço natural singular, que retarda a transição entre a terra, os rios e ribeiros e o mar. Neste sistema ecológico gera-se continuamente uma cultura de biodiversidade, que activa e intensifica as dinâmicas sazonais e locais e sedimenta as relações entre as pessoas, as suas práticas e o território.

A *Fuzeta* é uma expressão desta condição de espaço que se forma entre a terra, a ria e o mar...uma foz que se estende ao longo da costa e da ria Formosa, gerando uma paisagem dinâmica, excepcional.

O edifício da Estação de Socorros a Náufragos tem uma história de mais de 50 anos em ações de vigia e de salvamento. A singularidade da sua arquitectura torna-o um importante veículo de memória associada à especificidade da sua função, no entanto, a sua permanência como edifício desactivado, tem adquirido suficiente carga simbólica para se poder tornar também um veículo de interpretação do território da ria Formosa, da sua paisagem e do seu património, envolvendo a comunidade num processo participativo. A sua insólita localização, favorece e intensifica uma narrativa complementar que integra a paisagem e o património como temas fundamentais de investigação e de interpretação.

A partir deste edifício localizado no centro da ria, tudo se pode relacionar. A paisagem em que se inscreve a antiga Estação de Socorros a Náufragos, constitui-se como o seu primeiro enquadramento, que importa aprofundar.

A proposta de uma tela retroprojectora no terraço/cobertura, permitirá à noite uma visão inversa, a caixa fechada contentora de conteúdos, abre-se agora à vila e expõe numa tela que flutua sobre a ria, as imagens essenciais dos conteúdos expostos internamente e a iconologia dos sistemas naturais ou humanos, da ecologia social que habitou e habita estes territórios.

A importância actual do edifício de Salva-Vidas da Fuzeta, extravasa a função específica para que foi construído. Como já referido, a singularidade do seu posicionamento em relação à ria, torna-o num edifício que tanto pertence a terra como à ria e ao mar. Esta dupla condição convoca necessariamente os temas da paisagem e do património, como códigos culturais fundamentais de compreensão do território e porque também amplifica o olhar e o conhecimento sobre as relações de toda uma comunidade com a ria e o mar.

Restauro e Reabilitação versus Musealização

O projecto que se apresenta tem duas vertentes complementares: por um lado, a ideia de Restauro e de Reabilitação, que implica a restituição dos elementos fundamentais para que a arquitectura do edifício se compreenda como um todo, transmitindo com fidelidade a função para que foi destinado, mas beneficiando e preparando o edifício para receber novos usos e conteúdos; por outro, a ideia de Musealização do edifício como representação de uma prática de salvaguarda das actividades da ria e do mar, que durante décadas, envolveram várias gerações de salvadores, mas também, permitindo integrar de forma mais global uma ideia de conhecimento e de interpretação do território, fundamental à compreensão dos múltiplos fenómenos naturais e artificiais que ocorrem em toda a orla costeira e no Parque Natural da Ria Formosa.

Como edifício icónico da Fuseta, a possibilidade de poder ser usufruído pelo público, constituindo-se também como lugar social e cultural, irá seguramente devolver às pessoas o reencontro de memórias fundamentais para a consolidação de uma identidade individual e colectiva.

A possibilidade deste edifício poder servir como alavanca de um conhecimento mais vasto do território, ganha um especial relevo, reforçado, em particular, pela excepionalidade da sua localização, que passa também a funcionar como *“um novo farol cultural da ria Formosa”*.

O projecto de consolidação e restauro do edifício da Estação de Socorros a Náufragos, procura seguir com rigor a sua matriz construtiva e arquitectónica original, respeitando as questões de estrutura, forma, geometria, espaço, materialidade e linguagem. Esta operação apesar de ser clara e objectiva nos seus propósitos conceptuais relativos ao restauro e reabilitação, levanta, inevitavelmente, questões que obrigam a um reequilíbrio do edifício em relação à sua condição de estabilidade, durabilidade e nova utilização. E neste sentido, a consolidação e reforço estrutural, assim como o melhoramento do desempenho térmico e a redução de materiais de corrosão, irão prolongar a durabilidade do edifício e permitir torná-lo num lugar de utilização pública. Do mesmo modo, a adequação do edifício a um programa de carácter museológico, procura simultaneamente garantir a autenticidade arquitectónica do edifício como património e memória, assim como de valorizar os seus espaços essenciais, atribuindo-lhes um uso essencialmente expositivo.

A presença física do barco salva-vidas, no interior da sala, assim como outros artefactos associados à actividade de socorros a náufragos, vem dar consistência e autenticidade à narrativa museológica que se poderá construir.

Em complemento desta narrativa, e tendo em conta as características específicas deste edifício, considera-se a linguagem audio-visual a que melhor poderá transmitir os múltiplos significados que este lugar e território pode convocar. Este *media* possui a forte capacidade de aproximar o visitante à realidade e autenticidade deste território.

Importa nesta fase fixar algumas destas ideias que nos parecem mais relevantes para despoletar um processo de investigação curatorial e museológica:

_ A acessibilidade ao edifício sensível às marés, promovendo o acesso pedonal durante os períodos de maré baixa e o acesso por barco durante os períodos de maré alta, Este ciclo deverá também fazer parte da dinâmica de aproximação ao edifício e de relação com o novo centro interpretativo “Salva-vidas da Fuzeta...”;

_ A presença física do barco salva-vidas e os seus artefactos complementares, como representação real do funcionamento do edifício;

_ A ideia de um edifício-estação, reforça a noção de um ponto de partida para algo mais abrangente e territorial, como um núcleo de interpretação da paisagem e do património;

_ A dimensão antropológica e sociológica associada às práticas que se desenvolveram e se continuam a desenvolver neste território, torna-se fundamental para reactivar memórias e aproximar as pessoas e a comunidade às questões da actualidade;

_ O registo audiovisual a partir de entrevistas com os vários protagonistas ainda vivos, que trabalharam no Salva-Vidas da Fuzeta, e outros que de alguma forma também participaram e ou participam ainda nos vários ofícios que lidam com a dinâmica da água e das marés.

_ A antropologia visual e a arte têm aqui um papel fundamental no registo e reconstituição do puzzle de memórias que procura consolidar a cultura singular deste território. Como linguagens de descodificação do território e suas práticas, tornam-se instrumentos de interpretação e de comunicação essenciais, no processo de identificação, registo e reconstituição das memórias deste lugar, assim como de produção de novas relações e novos significados.

_ O documentário audiovisual como instrumento de investigação, de compreensão e de representação, apresenta-se como um sensível elo entre o passado, o presente e o futuro;

_ A utilização do terraço para projecções nocturnas de longa distância, criando um diálogo visual entre os conteúdos museológicos de edifício e o passeio público da vila da Fuzeta;

_ Cartografar desenhando a especificidade das dinâmicas do território cultural da ria e da Fuzeta. I.e. produzir sínteses desenhadas como instrumento de interpretação e representação do território, a partir das suas múltiplas camadas de leitura, produzindo e registando o conhecimento sobre o património da ria Formosa e da Fuzeta;

_ A documentação da própria operação de restauro do edifício da ESN, como processo complementar à história do edifício. O processo de registo fotográfico e audiovisual sistemático da obra de restauro e reabilitação torna-se fundamental como documento museográfico.

_ Escultura e molde como fixação de tempo e envelhecimento do edifício - Durante o processo de restauro do edifício, as camadas superficiais do betão irão ser removidas para serem reforçadas com camadas mais resistentes e duráveis. Durante este processo as texturas do betão da estrutura do edifício, corroídas durante anos pela água da ria e as milhares de colónias de crustáceos (cracas) cravados nas superfícies dos pilares irão ser perdidas, para darem origem a novas superfícies. Aqui propõe-se uma colaboração com a artista e realizadora Filipa Cesar, com obra focada nas temáticas ficcionais do documentário, que consiste na criação de uma escultura a partir do molde de um fragmento de pilar, com as evidências deste processo de acumulação. Através de um processo de molde e contra-molde produz-se uma escultura em bronze que fixa a memória e a acumulação de tempo. Gradualmente, pela contínua acção da água, a estrutura de betão, na sua condição de estrutura anfíbia, entrará de novo num lento processo de envelhecimento das suas superfícies e será de novo habitat para nova acumulação de colónias de crustáceos marítimos. O momento de confrontação com o espaço de inscrição desta escultura também fará parte do programa expositivo;

A artista e realizadora Filipa Cesar propõe também realizar “um **filme** ensaio para o espaço interior do centro de interpretação, baseado no material audio-visual recolhido pela realizadora e antropóloga Catarina Alves Costa e a sua equipa ao longo do levantamento antropológico. A ideia será produzir o filme usando o ritmo da maré para editar as imagens, sons e depoimentos.”

(“Contributos para um discurso museológico, “Estou na Maré”, Filipa César, 2022.”)

(“Uma craca é uma espécie de artrópode, que constitui a infraclasse Cirripedia no subfilo Crustácea, sendo desta maneira, um animal pascente das lagostas e camarões. As cracas são encontradas formando colónias do mar, geralmente em águas rasas e que sofrem a influência das marés, sendo muito comuns em costas rochosas. São animais sésseis, ou seja, ficam presas permanentemente a um substrato e não se deslocam por si próprias, e se alimentam no geral de plâncton em suspensão na água.”)

<https://diariodonaturalista.com.br/o-que-e-uma-craca/>

Com o desenvolvimento destas propostas o edifício de Salva-Vidas da Fuseta irá transformar-se num suporte essencial da história, arte e da comunicação da cultura deste território.

“SALVA-VIDAS DA FUZETA - Centro interpretativo da Paisagem e do Património”, criando o que responde ao repto de Sandra Romba:

“Um espaço de criação e desenvolvimento de ações de investigação e de divulgação que fomentem a consciencialização do valor patrimonial e por consequência a salvaguarda e perpetuação da memória.”

“Espaço público vivo, acessível e inclusivo através de um trabalho conjunto e continuado com a comunidade com os seus parceiros institucionais e académicos.”

“Um espaço que acolhe os diversos patrimónios da comunidade local em relação e comunhão com a paisagem.”

‘Salva-vidas da Fuseta - Centro interpretativo da paisagem e do Património’
Sandra Romba, Museu Municipal de Olhão, 2020



“Estação e carreira de lançamento e salva-vidas “Gil Eanes” “, Fuseta (anos 30)
<http://alfarrabistaroma.weebly.com/marinha---paacuteg---1---90.html>



estrutura/ fundação
Fotografia, pp, Fuzeta, 2022

A obra de restauro e reabilitação como registo museológico

Uma obra de restauro e de reabilitação tem como base fundamental a documentação rigorosa do edifício original. A documentação desenhada, fotografada e filmada do edifício, resultando de modelos digitais de grande definição (do antes, do durante e do depois), assim como a presença física do edifício, são instrumentos precisos de registo, absolutamente necessários para o bom desenvolvimento dos trabalhos de restauro e reabilitação da arquitectura.

Tão importante como o registo histórico do edifício, será o acompanhamento fotografado e filmado do decorrer da obra. Este registo sistemático deverá fazer parte da empreitada da obra, pois será um documento pedagógico fundamental para comunicar com transparência a natureza dos trabalhos desenvolver.

Em complemento com o material histórico, o registo da obra será também posteriormente editado, fazendo parte do trabalho curatorial a desenvolver com o projecto de museologia.

A importância de uma equipa multidisciplinar

No sentido da construção de um corpo de conteúdos consistente e complementar à obra de restauro e reabilitação do edifício da Estação de Socorros a Náufragos, julgamos fundamental a criação de uma equipa curatorial multidisciplinar que durante um período específico e faseado deverá produzir uma multiplicidade de registos e elementos para posteriormente serem tratados em informação museográfica e integrar a narrativa do futuro *“Salva-Vidas da Fuzeta - centro de interpretação da paisagem e património”*.

Uma série de disciplinas deverão ser convocadas para a criação de conteúdos:

A **antropologia** visual é fundamental para o contacto directo com as pessoas que de alguma forma conheceram ou participaram na vida deste edifício e numa multiplicidade de práticas que envolvem as actividades das pessoas da Fuzeta com a ria e com o mar;

O **património** como forma de identificar e evidenciar as construções e os sistemas que fazem parte deste território e que participam nas dinâmicas de transformação da Fuzeta e do Parque da Ria Formosa;

A **arte** como forma de descodificação e de construção de novos significados, que permitam abrir um horizonte de questões culturais, sociais e políticas que implicitamente estão presentes e evidentes na realidade deste território;

A **história** como processo de (re)conhecimento, identificação e reconstituição de memórias, poderá levar a cabo um importante trabalho documental e arquivista que traga à superfície documentação relevante que permita consolidar as leituras que estes lugares convocam.

O **ordenamento e salvaguarda do território, geografia, a geologia e paisagem**, que lidam diariamente com as questões estruturais e globais dos sistemas ecológicos que constituem este território e que têm que estar na linha frente das preocupações.

A **arquitectura** que lida directamente com o principal objecto de estudo, que poderá despoletar um riquíssimo olhar não apenas focado no edifício da Estação SN , mas também em todo o território colocando-o em relação.

Como ancora inicial para este projecto museológico propomos uma equipa multidisciplinar de base, que poderá vir a ser complementada e enriquecida por outros profissionais:

I.e. a criação de uma equipa multidisciplinar da Câmara municipal de Olhão e da Universidade do Algarve (museologia, história, património, geografia, geologia, paisagem, ordenamento e salvaguarda do território, antropologia e ecologias); à qual propomos associar **Catarina Alves Costa** (antropologia visual e realização); **Filipa Cesar** (arte e realização); **Pedro Pacheco** e **José Aguiar** (arquitectura, curadoria, conservação e património); **António Gago** e **João Nunes Ferreira** (engenharia, conservação e património); **Pedro Brito** (*'Vila da Fuseta, entre o mar e a terra - Revelar Arquitecturas, percursos e ambientes lagunares'* - contributos de Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura).

Contributos para um discurso Museológico

Filipa César (artista e realizadora)



“pilar edifício”

“pilar ostras”

Fotografia, Filipa César, Fusetá, 2022



"pilar cracas"
Fotografia, Filipa César, Fuzeta, 2022

Contributos para um discurso museológico

Filipa César

Estou na Maré

Na terra, quase todas as práticas laborais são organizadas ao ritmo do sol. É deste que depende a luz do amanhecer, a visibilidade do dia e o crepúsculo que antecipa a escuridão da noite. O presença e ausência do sol organiza a maior parte do trabalho e do descanso. Na Fuzeta, é a lua que dita a recorrência ao trabalho na ria, no sapal, nas salinas, na pesca. A maré, jusante ou montante, alinhada com a posição lunar, é o movimento de organização das práticas desta zona costeira lagunar. Assim como o Sol altera permanente a visibilidade da paisagem, também a lua age sobre a maré da ria e ativa uma constante transformação da paisagem – o que é visível, o que é submerso, o que é deslocado.

A engenharia dos sapais entrelaça fenómenos naturais que informam as seguintes propostas de diálogo com o "Projeto de Reabilitação e Musealização" e o projeto de antropologia visual de Catarina Alves Costa para o futuro centro de Interpretação no edifício de "Socorros a Náufragos" na Fuzeta.

Para o primeiro momento proponho um apontamento escultórico num ou mais pilares de sustentação do edifício. Durante várias visitas ao edifício observei como bivalves, cracas, lapas e outros crustáceos se encroscam aos pilares, criando esculturas naturais que simultaneamente apoiam a base da estrutura do edifício e protegem o betão da erosão do vento, do bater das ondas e da maresia. Uma relação simbiótica arquitetura-concha – sem estas certamente o betão na base dos pilares estaria mais erodido do que o topo. A rugosidade criada pela assemblagem nestas superfícies, cria o atrito ideal para proteger o betão. A ideia é, antes de iniciar a obra de recuperação, tirar moldes em gesso desta memória, que serão a base para trabalhar a **escultura** e depois fundir uma peça em bronze que se volte a inserir no pilar durante o processo de recuperação. Esta escultura propõe sublinhar a relação arquitetura-natureza, e ao mesmo tempo celebrar a mensagem ecológica que esta nos transmite na simbiose homem-natureza. Também aqui, a maré afeta a visibilidade da peça que um dia será também escondida pelas outras lapas, cracas, mexilhões e ostras que se encrostarão também na escultura.

O segundo momento, será uma colaboração na produção de um **filme** ensaio para o espaço interior do centro de interpretação, baseado no material audio-visual recolhido pela realizadora e antropóloga Catarina Alves Costa e a sua equipa ao longo do levantamento antropológico. A ideia será produzir o filme usando o ritmo da maré para editar as imagens, sons e depoimentos. As imagens e sons serão organizadas pela hora/data em que foram filmadas, a cada essa informação pode ser atribuída o momento da maré. Desta forma se escreverá um algoritmo ligado à maré atual, sendo que as imagens que o público do filme presenciam, estarão sempre em sintonia com o atual relógio das marés. Durante o horário de funcionamento do centro de interpretação, os visitantes assistem a um filme sempre diferente em sintonia com o ritmo atual da maré, que mostra e esconde ao mesmo tempo.

Referência a outros projetos de Filipa César que abordam a natureza e a sua implicação histórica, política e sensorial:

- _ Memograma & Insert (sobre o degredo e as salinas de Castro Marim)
- _ Le Passeur (sobre as passagens clandestinas no rio Trancoso, Minho durante a ditadura)
- _ Sunstone (sobre faróis, tecnologias da luz e a experiência de um faroleiro)
- _ Leitura do Mangue (sobre escolas de mato nos mangais na Guiné-Bissau durante a Guerra de Libertação)

Filipa César (1975) é artista e realizadora. Interessa-se pelos aspectos ficcionais do documentário, nas fronteiras porosas entre o cinema e a sua recepção e pelas políticas e poéticas inerentes ao ritual coletivo da imagem em movimento. Filipa César é professora de Cinema e Vídeo na Merz Akademie em Estugarda.



“Estação de Socorros a Náufragos”, Ria Formosa, Fuseta, 2022
FireShot Capture 042 - Google Map Customizer - www.chengfolio.com

7. Iluminação interna e externa do ISN da Fuseta

O projeto de iluminação a desenvolver em projeto de execução considera as necessidades de iluminação externa e interna. Os seus objetivos essenciais estão ligados aos usos agora previstos e para (re)apresentação do edifício: (i) externamente o pavilhão do ISN na Fuzeta está inserido num parque natural e numa estrutura ecológica da maior sensibilidade, pelo que se evitará a poluição luminosa, no entanto temos de ter luz funcional (por exemplo dos acessos quando em uso) e devemos poder reconhecer a sua morfologia (estrutura dos pilotis, por exemplo); internamente a iluminação, abaixo descrita, relaciona-se a necessidade de um iluminação geral de cada espaço relacionada com a possibilidade de (re)leitura do conjunto como museu de si mesmo, também para apresentar as embarcações e outros elementos do uso e papel original do ISN da Fuseta, proporcionar ainda projeções e a leitura de elementos expositivos e outras atividades agora previstas.

Intenções de iluminação

A luz artificial a ser utilizada será de cor quente (TC 2700°) e elevado índice de reprodução cromática, de alta eficiência energética e durabilidade. Todos os equipamentos terão de ter em conta a enorme agressividade ambiental que a localização do edifício cria.

Exterior do edifício

Não se iluminará o edifício no seu todo pelo exterior com exceção de marcações funcionais ou de efeito. As escadas de acesso e entrada principal, assim com a entrada junto à rampa, terão uma iluminação simples para a sua identificação e para permitir o acesso noturno ao edifício.

Será feito um pequeno aponte de luz em cada óculo como se tratasse de luz proveniente do seu interior.

O mastro e as bandeiras serão iluminados.

Por fim pretende-se uma iluminação da parte inferior do edifício, que não só identifique a estrutura de betão, como releve a posição do edifício de acordo com as marés.

Interior do Edifício

A iluminação geral de todo o edifício será muito simples, de acordo com a sua utilização histórica. Toda a zona expositiva com especial relevo para ao barco salva-vidas será iluminada com um sistema de calhas embutidas no teto e de projetores para realce de todas as peças, mas ao mesmo tempo flexível para qualquer alteração necessária para alguma exposição temporária.

8. Programa - Quadro de Áreas

ÁREAS BRUTAS

Área Bruta Piso 0 / Área de Implantação (268,50 m²)

Área Bruta Piso 1 (228,60 m²)

Área Bruta Piso 2 (24,50 m²)

ÁREAS ÚTEIS

Estrutura / Fundação (210 m²)

Antecâmara das marés

Antecâmara de entrada (8,00 m²)

Recepção e Acolhimento

Sala Polivalente de Exposições (114,00 m²)

Exposição do Barco Salva-Vidas e outros artefactos relativos às actividades de socorros a náufragos;

Sala de projecção de Audio-visuais

Espaço polivalente / palestras, oficinas, serviço educativo

Sala de Exposição Documental (25,40 m²)

Sala de exposição permanente, longa duração ou temporárias

Gabinete Técnico (7,90 m²)

Sala de trabalho e de Reuniões

Armário técnico e arrumos (2,15 m²)

Instalação Sanitária (3,70 m²)

Escada de acesso ao terraço (7,50 m²)

Terraço / cobertura (186,00 m²)

Espaço de observação e contemplação (45,00 m²)

Acessos (75,90 m²)

Rampa e Escada

8. Estimativa Orçamental

Resumo de todas as Especialidades

Especialidade:

ESTALEIRO E TRABALHOS PRELIMINARES	155 239,65 €
ARQUITECTURA	370 000,00 €
ESTABILIDADE E ESTRUTURAS	1 103 796,54 €
REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	8 400,00 €
REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	20 400,00 €
SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	1 800,00 €
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS	30 000,00 €
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS E TELECOMUNICAÇÕES	18 000,00 €
Total da empreitada	1 707 636,19 €

9. Equipa Projectista

Arquitectura e Coordenação

Conservação e Restauro

Pedro Pacheco (Pedro Pacheco arquitectos)

José Aguiar (FAUL)

Colaboração Arquitectura

Filipa Borges Jacinto

Livia Cenci

Pedro Brito

Estabilidade e Estruturas

Conservação e Restauro

António Gago (Arquitectando Lda)

João Nunes Ferreira (Matriz Vista, Lda)

Conservação e Restauro

José Aguiar (FAUL)

Levantamento e Documentação

Luís Mateus (ARCH 3D-FAUL)

Victor Ferreira (ARCH 3D-FAUL)

Especialidades

Águas e Esgotos, Segurança contra Incêndios, Térmica

Luís Antunes da Silva Reis (GAP LR engenharia Lda)

Infraestruturas Eléctricas e Telecomunicações

Pedro Costa

Iluminação

Pedro Telhado (Life2Light)

João Pernão (ARCHC 3D_FAUL)

Estudos de Cromáticos

João Pernão (ARCHC 3D_FAUL)

Arte e Realização

Filipa César

Lisboa, Abril 2022